



01 a 04 de  
**OUTUBRO**  
EVENTO GRATUITO

# IV SIELLI

IV SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE LÍNGUA, LITERATURA E INTERCULTURALIDADE  
III CONELI - CONGRESSO NACIONAL DE ESTUDOS DA LINGUAGEM  
II SILCE - SEMINÁRIO INTERDISCIPLINAR LINGUAGENS, CULTURAS E EDUCAÇÃO  
XXII ENCONTRO DE LETRAS DO CÂMPUS CORA CORALINA

## ENTRE O “CANIÇO” E A “CIDADE DE CIMENTO”: UMA ANÁLISE DA GEOGRAFIA DA SOCIEDADE MOÇAMBICANA NOS ROMANCES *A ÁRVORE DAS PALAVRAS* E *CADERNO DE MEMÓRIAS COLONIAIS*

*BETWEEN “CANIÇO” AND THE “CITY OF CEMENT”: AN ANALYSIS OF THE GEOGRAPHY OF MOZAMBIQUE SOCIETY IN THE NOVEL *A ÁRVORE DAS PALAVRAS* AND *CADERNO DE MEMÓRIAS COLONIAIS**

Dinameire Oliveira Carneiro Rios (UFT)<sup>1</sup>

**Resumo:** Este trabalho analisa a representação da sociedade moçambicana, especialmente nas décadas de 1960 e 1970, conforme construída em dois romances portugueses contemporâneos: *A árvore das palavras*, de Teolinda Gersão, e *Cadernos de memórias coloniais*, de Isabela Figueiredo. Ambos narrados a partir da perspectiva de duas jovens sobre a cidade de Lourenço Marques, os romances relevam, por meio de suas histórias, um retrato social da vida na capital moçambicana nos anos que antecedem a Guerra Colonial. Assim, são capazes de evidenciar como são construídas as relações de opressão, preconceito, violência física e simbólica dentro do contexto da colonização a que foi submetida a antiga colônia portuguesa. A análise parte, especialmente, da representação da cidade a partir de sua geografia construída conforme o próprio processo de colonização, que fragmentava a cidade entre os colonizadores, habitantes da “cidade de cimento”, e os colonizados, muitas vezes restritos apenas aos espaços denominados caniços.

**Palavras-chave:** Literatura portuguesa contemporânea. Colonização. Moçambique. Romances. Espaço geográfico.

**Abstract:** This work analyzes the representation of Mozambican society, especially in the 1960s and 1970s, as constructed in two contemporary Portuguese novels: *A Árvore das Palavras*, by Teolinda Gersão, and *Caderno de memórias coloniais*, by Isabela Figueiredo. Both narrated from the perspective of two young women about the city of Lourenço Marques, the novels reveal, through their stories, a social portrait of life in the Mozambican capital in the years before the Colonial War. Thus, they are able to highlight how relationships of oppression, prejudice, physical and symbolic violence are constructed within the context of colonization to which the former Portuguese colony was subjected. The analysis starts, especially, from the representation of the city based on its geography constructed according to the colonization process itself, which fragmented the city between the colonizers, inhabitants of the “city of cement”, and the colonized, often restricted only to spaces called reeds.

**Keywords:** Contemporary Portuguese literature. Colonization. Mozambique. Novels. Geographic space.

<sup>1</sup> Dinameire Oliveira Carneiro Rios é doutora em Literatura e Cultura pela Universidade Federal da Bahia, com pesquisa na área de Literatura Brasileira e Portuguesa. Realizou o doutorado sanduíche na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, com pesquisa voltada para a Literatura Portuguesa contemporânea. Possui Mestrado em Literatura e Diversidade Cultural pela Universidade Estadual de Feira de Santana. Na mesma universidade fez Especialização em Estudos Literários e Graduação em Letras Vernáculas. Atualmente é professora adjunta de Literaturas em Língua Portuguesa na Universidade Federal do Tocantins, atuando na graduação e na pós-graduação.



## INTRODUÇÃO

No cenário português pós 25 de abril de 1974<sup>2</sup>, temáticas relacionadas ao processo de descolonização, à guerra, à vida nas colônias, ao cerceamento de liberdades civis e políticas e à opressão das minorias foram ganhando cada vez mais espaço dentro das produções literárias. É vasto o número de autores portugueses que retomam questões que dialogam com a história do país antes e durante a Revolução, num movimento de retorno que empreende não apenas a relação de Portugal com seu povo e suas antigas colônias, mas também o processo de constituição identitária da nação. Porém, ao analisar o período entre 1961 e 1974, caracterizado pelos fortes embates entre Portugal e sua colônias africanas, Margarida Calafate Ribeiro (2007) aponta para a rarefeita presença de estudos mais sistemáticos que deem conta desse aspecto da história portuguesa, o que sugere, segundo ela, uma sensação de não pertença de Portugal e dos já independentes países africanos a essa passagem da história. Também, esse silêncio parece apontar para uma tentativa de apagar da memória da nação as mazelas que estiveram envolvidas no processo de colonização. Nesse contexto, torna-se ainda mais relevante a presença de narrativas literárias que se debruçam sobre as vivências nos países outrora colonizados por Portugal e as relações estabelecidas entre colonos e a população local, embora seja notável certo distanciamento temporal entre os acontecimentos e a primeira leva dessas publicações.

Frente a essa tardia produção literária que repensa a experiência colonial portuguesa em territórios africanos, é preciso notar que, dentro do contexto luso, o pós-imperialismo acontece quando as ideias pós-coloniais já haviam ganhado terrenos diversos. Assim, conforme afirmam Ribeiro e Ferreira (2003), em Portugal a descolonização aconteceu já na pós-modernidade. Isso explicaria, por exemplo, a ausência de uma massa crítica de pensadores diaspóricos e escritores engajados com reflexões acerca das questões pós-coloniais e a prevalência, ainda, de um multiculturalismo que se mostra transitório e por vezes contraditório, já que o que se tem dentro desse cenário de transição é uma “lusofonia difusa que ainda ninguém sabe concretamente o que poderá ser, para além de uma ideia linguisticamente sustentada, historicamente sedimentada numa herança comum de memórias diversas”. (Ribeiro; Ferreira, 2003, p.16).

<sup>2</sup> Esta data marca o fim da ditadura do Estado Novo, a partir da eclosão da Revolução dos cravos.



Ao analisar a seara de romances que foram produzidos a partir da década de 1990 e que dialogam com a relação entre Portugal e suas antigas colônias africanas, Isabel Ferreira Gould (2007) destaca ainda uma acentuada preferência por temáticas relacionadas à família e à mulher, numa tentativa de examinar a constituição identitária portuguesa colonial e pós-imperial. Dentro dessa lista estariam obras como *Partes de África* (1991) e *Pedro e Paula* (1998) de Helder Macedo, *O Senhor das Ilhas* (1994) de Maria Isabel Barreno, *O Esplendor de Portugal* (1997) de António Lobo Antunes, *A Árvore das Palavras* (1997) de Teolinda Gersão, *Lourenço Marques* (2002) de Francisco José Viegas, *A Casa das Rugas* (2004) de Eduardo Bettencourt Pinto, *Caderno de memórias coloniais*, de Isabela Figueiredo e *A Donatária* (2004), de Sérgio Ferreira (GOULD, 2007), apenas como exemplos mais recentes dessa produção.

Os romances de Teolinda Gersão e Isabela Figueiredo, *A árvore das palavras* e *Caderno de memórias coloniais*, embora partam de perspectivas criativas distintas, ambos remontam à relação de Portugal e Moçambique antes e durante o processo de descolonização, e, dentro dessa tendência recorrente da produção portuguesa contemporânea de viés histórico, centram a narrativa na ótica feminina para revelar o cotidiano da capital Lourenço Marques durante as décadas de 1940 a início de 1960, no caso do primeiro, e 1960 a 1970, no caso do segundo. Nas duas obras, além da vivência cotidiana do colonialismo no espaço da capital moçambicana, fica evidente também como se estabeleceram os germes e o desenvolvimento do processo social e político em prol da independência de Moçambique, especialmente na narrativa de Figueiredo.

## OS RETRATOS DO COLONIALISMO PELOS OLHOS DE GITA E ISABELA

O romance da escritora portuguesa Teolinda Gersão, *A árvore das palavras* (2004), visita uma parte da história de Moçambique, quando o país ainda era colônia portuguesa, e revela, através do olhar inquieto e lírico da personagem Gita, o processo de descolonização da nação e as relações culturais estabelecidas entre colônia e metrópole. Gita, personagem principal do romance e narradora de duas das três partes nas quais o romance se divide, simboliza a personificação entre os dois espaços de trânsito da história: é filha dos portugueses Amélia e Laureano, mas sente-se intrinsecamente parte de África, principalmente pela ligação maternal que possui com Lóia, a sua



antiga ama de leite e espécie de mainata da casa dos pais. A dicotomia que marca a identidade de Gita é representada no próprio ambiente em que vivia, por ser a casa imaginariamente bipartida por Amélia entre Casa Branca e a Casa Preta. Na Casa Branca predominavam os costumes do colonizador, na Preta, os traços do mundo africano que Amélia tanto desejava afastar da vivência da família.

Já o livro de Isabela Figueiredo é fruto das memórias e vivências da própria autora enquanto uma jovem colona nas terras moçambicanas durante as décadas de 1960 e 1970. O livro de memórias, dedicado ao pai da escritora, personagem que atravessa fortemente a narrativa, é uma espécie de acerto de contas com o passado colonial português, em que as contradições, a violência física e simbólica do período são trazidos à tona pela autora numa espécie de reescrita da história oficial portuguesa, especialmente em relação aos seus anos mais recentemente traumáticos da nação e de povo.

Pelo olhar lírico e ingênuo de Gita, especialmente na primeira parte do livro, e as descrições cruas e atentamente absorvidas pela menina Isabela, que agora narra os fatos de modo histórico e espacialmente distanciado, o leitor é guiado nas duas obras pela geografia colonial que predomina em Moçambique, especialmente na capital, em que os espaços para colonos e colonizados eram rigidamente delimitados conforme as suas posições hierárquicas no jogo do sistema colonizador.

O modo como o romance de Teolinda Gersão é iniciado faz com que o leitor mergulhe de imediato nas memórias mais fecundas da infância da narradora Gita, que nos conduz ao quintal da casa, espaço simbólico de sua ligação com a terra-mãe e que suscita lembranças cheias de lirismo e frequentemente acompanhadas pela presença de Lóia, outrora a sua ama de leite e atual empregada da casa. Perfil comum nas produções de Teolinda Gersão, também em *A árvore das palavras* quase toda a história do romance se constrói a partir da ótica feminina, porém são visões que divergem quando se trata dos juízos de valor sobre o lugar e as pessoas que nele vivem. Isso porque Gita não consegue partilhar das ideias da mãe, Amélia, e por isso estabelece uma forte ligação maternal com Lóia. Ao evocar as memórias lacunares da infância, a protagonista retoma as suas relações com o ambiente social da cidade de Lourenço Marques, as relações afetivas, especialmente com Lóia e o pai, Laureano, e privilegia a descrição dos espaços que foram determinantes na construção de suas



memórias na tenra idade. Por isso o espaço doméstico tem particular importância nas lembranças de Gita, pois é nele que acontecem as primeiras descobertas de conexão entre ela e a natureza, os vínculos afetivos dentro do círculo familiar e sua percepção sensorial da existência das coisas que a rodeava e com as quais estabelecia um contato genuíno sem o filtro da racionalidade adulta. Uma das lembranças marcantes de Gita era que a casa em que viveu a infância imaginariamente se bipartia entre a Casa Branca e a Casa Preta, sendo a primeira o ambiente de convivência de Amélia, por ser identificada como distante do espaço e da cultura local e, num oposto disso, a segunda, à qual era integrado o quintal, fazia parte do universo de convivência de Lóia, por apresentar uma liberdade em sua ordenação e em seu ritmo de vida que se aproximava do modo de ser da sua antiga ama e, por extensão, do espaço moçambicano. Essa segregação não se baseava em limites físicos rígidos, mas é percebido por Gita através do discurso de preconceito e distanciamento que Amélia demonstrava em relação a Moçambique e sua população, representada no interior da casa por Lóia. Por isso a parte da casa que conseguia “domesticar” e manter dentro de um padrão de ordenamento e civilidade europeia seria, na perspectiva de Amélia, distinta e superior daquele lado da casa que mais se assemelhava ao espaço africano, identificado pela mãe de Gita como desordenado, caótico e perigoso.

Ao demonstrar seu vínculo afetivo e memorialístico com o quintal “que crescia como uma coisa selvagem” (GERSÃO, 2004, p.10), “que se amava ou se odiava”, (GERSÃO, 2004, p.10), Gita retoma também a vã e insistente luta de Amélia para que o lugar estivesse sempre domesticado e limpo, evitando qualquer tipo de semelhança com o “caniço”, local onde morava Lóia e que se opunha à “cidade de cimento”, parte da cidade habitada principalmente pelos colonos brancos que viviam em Lourenço Marques. Em contraponto à postura da mãe, Gita afirmava que Laureano, como parte da Casa Preta, “Não t[inha] medo dos mosquitos e plantou ele mesmo um rícino, ao fundo do quintal” (GERSÃO, 2004, p.12), demonstrando as visíveis diferenças ideológicas que o pai e a mãe possuíam.

Na terceira parte do romance, quando Gita já era uma adolescente, o leitor é levado a conhecer a realidade do caniço, na ocasião em que a protagonista, angustiada pela ausência de Lóia durante vários dias seguidos, resolve procurá-la.





[...] bairros pobres que por toda parte nos cercavam — casas baixas, pintadas, feitas de pedaço de materiais avulsos, que pareciam desenhos de crianças da escola ou cenários abandonados, desbotando ao sol: Uma porta e duas janelas, uma de cada lado, mais abaixo uma faixa pintada de azul forte amarelo o rosa. Em cima, sem forro, um telhado mal assente às vezes também debruado a tinta. E na entrada em geral um degrau ou dois, para encher o espaço que faltava até à rua.

Através das portas abertas viam-se, dentro das casas, pedaços desconexos de coisa nenhuma, uma mesa, uma cama no meio de um quarto, um armário partido, uma cadeira esventrada, algures ouvia-se um rádio tocando alto, barulhos de vozes, choros de criança ou de mulher.

Lá fora, velhos sentados, crianças brincando na sarjeta, um cão tihoso deitado numa sombra. [...]

O vento levantava poeira, lagartixas correm no chão irregular, estacam de súbito, fingindo-se mortas, petrificadas de pavor, de repente correm outra vez, enlouquecidas. Um homem passa, de palito na boa, outro limpa os dentes com mulala. Roupa no peitoral de uma janela, ao lado de um pássaro que saltita, na gaiola. Meninas de vestido sujo caminham descalças, de mão dada. O pasmo dos meus olhos enormes. Outra carrega um bebé adormecido, com moscas ao redor da boca. As ruas desoladas dos negros. Como se nada valesse a pena e tudo o que se estragava fosse irremediavelmente degradar-se ainda mais. Pessoas mortas caminhando na luz. (GERSÃO, 2004, p.153-154)

Ao longo da descrição que faz do espaço e das pessoas que ali viviam, Gita constata, com seu olhar pasmo, a distância social que existia entre ser negro e ser parte de uma família branca com poucos recursos, e o quanto a marginalização dos nativos os colocava muitas vezes abaixo da condição de cidadãos, convivendo num espaço que lhes tirava a dignidade e que parecia mais apropriado para os bichos. Nas situações em que Gita, quando criança, se imaginava indo no caniço atrás de Lóia, nas ocasiões em que ela sumia inesperadamente, a protagonista pensava esse lado da cidade como sendo um “emaranhado das construções muito pequenas, barracas, casas cobertas de zinco, palhotas maticadas” (GERSÃO, 2004, p.37), mas sequer conseguia conceber a degradação do humano diante dessas condições de vida, principalmente por ser uma realidade distante da sua e por seu olhar pueril perceber na figura tão admirada de Lóia apenas o encanto e a sabedoria que a envolvia.

O abismo ainda maior que existia dentro do cenário urbano de Lourenço Marques é percebido pelo leitor principalmente através da ótica de Amélia, responsável por revelar a geografia da cidade habitada pelos mais ricos. Contraditoriamente, embora não faça parte dessa parcela da população que usufruía de uma vida confortável, Amélia nutre um olhar de preconceito e superioridade em relação aos moradores locais, evidenciando a hierarquia social que se desenhava



dentro do país: no topo estariam os colonos brancos e ricos, logo abaixo os colonos brancos pobres e na base na pirâmide os nativos africanos. Assim, a percepção de Amélia se situa num enquadramento muito próximo de como a cidade era vista pelos grupos sociais dominantes durante o período da colonização. O seu desejo por fazer parte da elite colonial faz com que seu ponto de vista sobre os espaços seja coincidente com os das pessoas dessa posição social e com as quais se relacionava. Nesta alienada imitação, ela via como uma espécie de ordem natural das coisas o branco em prol do seu bem-estar poder explorar o negro, embora ela também, em um sentido bem mais estrito, fosse vítima dessa exploração.

Numa percepção oposta à da mãe, Gita, ao fazer a descrição da casa onde morava, privilegia o espaço do quintal, que era agregado à Casa Preta, descrevendo-o como poético, vivo e mágico, onde a companhia de Lóia era frequente. Contudo, para Amélia, qualquer tipo de associação e semelhança com o caniço ou com o universo cultural africano deveria ser evitada, pois ela a todo custo buscava uma identificação com aqueles que estavam no topo da pirâmide social e execrava qualquer tipo de proximidade com os moradores locais e com os espaços por eles habitados. Por isso, como a própria cidade, a casa se bipartia em cores, identidades e classe social: “E logo ali a casa se dividia em duas, a Casa Branca e a Casa Preta. A Casa Branca era de Amélia, a Casa Preta a de Lóia. O quintal era em redor da Casa Preta. Eu pertencia à Casa Preta e ao quintal”. Porém, apenas para Amélia essa distinção fazia parte de uma condição capaz de verticalizar o lugar, as relações e, principalmente, as pessoas, a partir da sua cor e/ou condição social.

Ao produzir discursos de teor segregacionistas que influenciaram Gita a construir uma distinção imaginária da casa onde vivia entre a Preta e a Branca, Amélia deixa claro desde o início que seu posicionamento frente à sociedade de Lourenço Marques recai na lógica da estrutura binária que caracterizou o pensamento colonial, branco/negro, civilizado/selvagem, metrópole/colônia, colonizador/colonizado. Porém é notável observar que a divisão étnica e cultural que as nomenclaturas sugerem não é levada a cabo pelas ações da personagem principal nem por Laureano, que subvertem a lógica social de Amélia e se veem como parte da Casa Preta ao lado de Lóia, Orquídea e Ló, não como qualquer traço de compaixão, mas devido à força de identificação que nutrem pelas características daquela parte da casa e metonimicamente dos ambientes da cidade



que se assemelhavam à Casa Preta, já que na percepção de Gita, sob a visível influência paterna, as pessoas e a cidade faziam parte de um todo homogêneo responsável pela construção de um espaço múltiplo em etnias e culturas.

As descrições construídas pela ótica da menina Isabela acerca da Lourenço Marques de suas memórias também evidenciam a existência de duas cidades distintas, uma habitada pelos colonos brancos e a outra, precária, caótica e distante, onde viviam os negros colonizados. Sendo assim, a cidade à qual a menina liga as suas felizes vivências da infância, em meio aos passeios ao lado do pai e mãe, só existia para crianças brancas filha de portugueses, como era o caso de Isabela, ainda que fossem apenas “remediados” (Figueiredo, 2009, p.58), e não ricos, como afirmava seu pai.

Em Lourenço Marques, sentávamo-nos numa bela esplanada, de um requintado ou descontraído restaurante, a qualquer hora do dia, a saborear o melhor uísque com soda e gelo, e a debicar camarões, tal como aqui nos sentamos, à saída do emprego, num snack do Cais do Sodré, forrado a azulejos de segunda, engolindo uma imperial e enjoando tremoços. Os criados eram pretos e nós deixávamos-lhe gorjeta se tivessem mostrado os dentes, sido rápidos no serviço e chamado patrão. Digo nós porque eu estava lá. Nenhum branco gostava de ser servido por outro branco, até porque ambos antecipavam maior gorjeta. (...)Em Moçambique era fácil um branco sentir prazer de viver. Quase todos éramos patrões, e os que não eram, ambicionavam sê-lo. (Figueiredo, 2009, p. 42-44)

Ter a dispensa de casa sempre cheia de comida e a mesa farta não facilitava a compreensão da Isabela criança sobre fazerem parte apenas uma família “remediada”, afinal, essa realidade contrastava severamente com a de muitos negros que saíam de porta em porta pelas ruas de Lourenço Marques em busca de trabalho ou comida, conforme descreve a narradora. A afirmação do pai somente fará sentido após a independência de Moçambique, quando na condição de retornados, ela compreende que nada do que o pai construiu como electricista, especialmente explorando o trabalho muito mal pago dos negros, podia ser contabilizado como parte do espólio da família. Além disso, o trecho acima evidencia a condição hierárquica dentro da estrutura colonial, em que havia a preferência dos brancos de serem servidos pelos negros, principalmente por dois motivos, o preço expressivamente mais baixo recebido pelos colonizados quando comparado ao mesmo trabalho executado por um português da camada mais baixa e pela “natural” posição inferior que os negros deveriam ocupar no extrato social da colônia.





Entre tantos exemplos ao longo de *Caderno* em que esta posição *naturalizada* entre colonos e colonizados no espaço da cidade se mostra evidente, tem-se a passagem em que a narradora relembra a ida ao cinema como sendo uma das ocasiões em que os lugares sociais estavam tacitamente determinados, situação que só seria alteraria com o fim do jugo português a partir de 1975:

Alguns negros iam ao cinema. Calçavam-se ou vestiam roupa europeia remendada ou de imitação, costurada no caniço. Sentavam-se na primeira plateia, e, eventualmente, em dias pouco frequentados, na primeira fila da segunda plateia. Não estava escrito em lugar algum que os negros não tinham acesso à plateia ou ao balcão, mas raramente os vi ocupar essas zonas. Havia um entendimento tácito, não um acordo: os negros sabiam que lhe cabiam sentarem-se à frente, nos bancos de pau: os brancos esperavam que a petralhada se juntasse aí, a falar com aquela língua deles, olhando para trás a cobiçar a mulher do banco, mas devidamente sentado no banco que lhes pertenciam (Figueiredo, 2009, p.72).

Também como em *A árvore das palavras*, em que Gita vai em busca de Lóia, em *Caderno* o pai de Isabela vai em busca de um dos empregados por faltar ao trabalho. Há, dentro da produção literária feita a partir da perspectiva do colonizador, a visão extremamente crítica de que o homem e a mulher negra eram propensos à preguiça e predispostos ao trabalho somente para a subsistência, o que, obviamente, deveria ser combatido como forma de dar ritmo acelerado ao desenvolvimento da engrenagem colonial. Sobre essa concepção de mundo, que alimentava a suposta imprevisibilidade dos atos dos colonizados, Albert Memmi (1977, p.123) afirma sarcasticamente que “É preciso que o colonizado seja muito estranho, na verdade, para permanecer tão misterioso depois de tantos anos de coabitação... ou é preciso pensar que o colonizador tem fortes razões para se apegar a essa ilegibilidade.” Acerca deste discurso do colonizador, que constrói uma despersonalização do sujeito colonizado, o autor afirma que

O colonizado jamais é caracterizado de uma maneira diferencial; só tem direitos ao afogamento coletivo anônimo (“Eles são isso... Eles são todos iguais”). Se a empregada doméstica colonizada não aparece em uma manhã, o colonizador não dirá que *ela* está doente, ou ela trapaceia, ou que *ela* está tentada a não respeitar um contrato abusivo (sete dias em sete; os domésticos colonizados raramente desfrutam de folga semanal concedida aos outros). *Ele* afirmará que “não se pode contar com eles”. Não é uma disposição formal. *Ele* se recusa a considerar os acontecimentos particulares da vida de sua empregada; essa vida, em sua especificidade, não lhe interessa, sua empregada não existe enquanto indivíduo. (Memmi, 1977, p.123, grifos do autor).



Esta perspectiva de mundo aparece em diversas passagens da narrativa de *Caderno de memórias coloniais*, quando Isabela revela a visão do seu pai acerca dos negros que trabalhavam para ele: “Era absolutamente necessário ensinar os pretos a trabalhar” (Figueiredo, 2009, p.75) Por isso, o pai de Isabela, português com estrito pensamento colonizador, resolve ir atrás do empregado Ernesto por sua ausência no trabalho durante os três dias, ocasião em que a protagonista é levada junto e conhece de perto a realidade do caniço, de modo muito semelhante ao que é visto por Gita em *A árvore das palavras*:

O caniço era para os lados de Xipamanime, ou do aeroporto, ou longe, longe. O caniço era como o labirinto do Minotauro, e o meu pai era o Minotauro que aí entrava e saía, quando lhe apetecesse, para exercer a sua justiça.

O caniço talhava-se de caminhos estreitos, recortados por estradas para aglomerados de palhotas, onde se juntavam mulheres falando, crianças chorando ou brincando, cães sarnosos dormindo, cabritos remoendo capim, pilões pilando milho, vozes altas, latas de comida fumegando sobre o carvão; a vida. O caniço era construído de cana velha, já cinzenta, ou nova, cor de café com leite clarinho.

(...) A terra era vermelha e havia uma poeira cor-de-rosa em todas as coisas.

(...) De todo o lado sai, assoma gente, e cães, galinhas, cabras assustadas. (Figueiredo, 2009, p. 75-77)

Acerca desta divisão geográfica no interior de Lourenço Marques, no artigo “Dicotomias urbanas em Moçambique: cidades de cimento e de caniço”, em que analisam o espaço da capital moçambicana, Fernandes e Mendes (2012) apontam para a dicotomia que marcava a paisagem da cidade no período colonial. De um lado, organizada de modo racional e seguindo traçados tendencialmente geométricos, estava a cidade de cimento, edificada em materiais nobres, habitada pelos colonos brancos e que servia de base para a administração por parte da metrópole e por isso era símbolo de uma determinada camada social que exercia o poder. Em oposição a ela estavam os Caniços, que recebiam essa denominação devido aos materiais que eram usados em sua construção, geralmente recolhidos da natureza, como madeira, capim e caniço, e que demonstravam a clara segregação social que predominava no espaço urbano de Lourenço Marques.

Assim, a cidade de cimento era o ambiente privilegiado dos colonos brancos e a eles pertencia por direito, enquanto os caniços apenas cumpriam a função utilitária de abrigar os autóctones, que eram necessários para garantir a mão de obra tanto nos trabalhos domésticos, como era o caso de Lóia para a família de Gita, ou nas mais diversas atividades desenvolvidas pelos



colonos nas terras africanas, como era o caso de Ernesto para a família de Isabela. Os salários parcos e a inexistência de uma infraestrutura urbana para receber um contingente que migrava cada vez mais das zonas interioranas para a capital em busca de oportunidades fez com que os caniços se tornassem uma dura realidade do cenário colonial de Lourenço Marques, atual Maputo, alijando os habitantes locais do desenvolvimento urbano, situação que só começou a ser alterada após a independência. Deste modo, ambos os romances, através de suas narrativas, revelam o cenário social em que se subdividia Moçambique durante os anos de dominação portuguesa, cenário em que a violência do sistema colonial manifesta-se nas mais diversas instâncias na vida dos sujeitos africanos, a exemplo do plano político, cultural ou social.

Isabel Allegro de Magalhães (1995, p.29) ao analisar romances que tratam da guerra colonial escritos por mulheres, afirma que há notáveis diferenças entre as perspectivas adotadas por homens e mulheres para narrar as experiências. Sem se deter às narrativas masculinas, a autora assegura que nos romances escritos por mulheres há a presença de “uma memória implícita ou explicitamente ficcionada, inventiva, clara ou disfarçadamente autobiográfica — mostra-se insistentemente atenta à situação de injustiça e de sofrimento tanto individual quanto colectivo”. Assim, há traços dessa escrita feminina que coincidem devido ao ponto de vista historicamente feminino adotado ao longo das narrativas. Já que é constante, como sugere a autora, encontrarmos em narrativas históricas produzidas por mulheres um interesse pela indagação dos mínimos fatos, pelas pequenas coincidências, pelos sentimentos velados, além de uma “cobertura maior de ambientes, numa atenção repartida por pessoas de classes sociais que não aquela a que pertencerão as narradoras, classes espezinhas, sofredoras, mas de uma grande riqueza humana” (Magalhães, 1995, p.30), escolhas narrativas que são facilmente encontradas nos romances de Teolinda Gersão e Isabela Figueiredo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como uma espécie de ferida no passado colonial recente de Portugal, a relação do país com suas antigas colônias africanas foi resguardada numa atmosfera de silêncio nos primeiros anos que se seguiram após o fim do Estado Novo. Porém, acompanhada por outras autoras e autores



portugueses, Teolinda Gersão e Isabela Figueiredo contribuíram, com *A árvore das palavras* e *Caderno de memórias coloniais*, para uma interpretação desse período da história dos dois países em questão ao remontar à memória coletiva recente, reconstruindo contextos sociais e culturais que ajudam a pensar as identidades das duas nações. Em sua revisita ao passado, estas duas narrativas inscrevem-se como outra via discursiva que traz à tona aqueles que muito pouco ou quase nada apareceram nos registros historiográficos, mas que também contribuíram para mudança de rumos da história.

Os dois romances aqui analisados ajudam a descortinar a estrutura social do colonialismo português no espaço da capital moçambicana, servindo como uma forma de denúncia, dentro do contemporâneo contexto de produção, das mazelas que caracterizaram o sistema colonial. Os olhares infantis das duas narradoras, Gita e Isabela, são capazes de flagrar, por meio da vivência cotidiana e da perspectiva feminina, os fatos mínimos e despercebidos que constroem uma densa e ampla teia histórica que explica significativa parte da identidade das duas nações em questão, Portugal e Moçambique.

## REFERÊNCIAS

- FIGUEIREDO, Isabela. *Caderno de memórias coloniais*. Coimbra: Editora Angelus Novus, 2009.
- GERSÃO, Teolinda. *A árvore das palavras*. São Paulo: Planeta do Brasil, 2004.
- GOULD, Isabel Ferreira. “Mulheres coloniais no novo romance português”. *Revista Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 42, n° 2, jun, p. 65-74, 2007. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fale/article/viewFile/644/1885>. Acesso em: 05 out. 2024.
- MAGALHÃES, Isabel Allegro de. *O Sexo dos Textos*. Lisboa: Editorial Caminho, 1995.
- MEMMI, Albert. *Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador*. Tradução: Roland Corbisier e Mariza Pinto Coelho. 2º ed. Rio de Janeiro: editora Paz e Terra, 1977.
- MENDES, R., & FERNANDES, M. (2012). Dicotomias urbanas em Moçambique: cidades de cimento e de caniço. Disponível em:



<[https://sigarra.up.pt/flup/pt/pub\\_geral.pub\\_view?pi\\_pub\\_base\\_id=102790&pi\\_pub\\_rl\\_id=](https://sigarra.up.pt/flup/pt/pub_geral.pub_view?pi_pub_base_id=102790&pi_pub_rl_id=)> .

Acesso em: 03 out. 2024.

RIBEIRO, Margarida Calafate; FERREIRA, Ana Paula. (Orgs.). *Fantasmas e fantasias imperiais no imaginário português contemporâneo*. Porto, Campo das letras, 2003.

RIBEIRO, Margarida Calafate. *África no Feminino – As Mulheres Portuguesas e a Guerra Colonial*, Porto, Edições Afrontamento, 2007.